

ÍNDICE GERAL

1.

PARTE GERAL

CAPÍTULO I — DA LEI PENAL

1. INTRODUÇÃO	13
1.1. Nótula histórica	13
1. Sociedades primitivas.....	13
2. Direito Romano e Direito Canónico.....	15
3. Idade Média e Idade Moderna.....	16
4. Iluminismo.....	18
5. Penas e sua execução.....	20
6. Ciência do Direito Penal	21
Escola Clássica.....	21
Escola Positivista.....	22
Perspectivas actuais.....	23
1.2. Lei Penal e Código Penal	25
1.3. Infracção criminal e pena, a Criminologia	29
2. PRINCÍPIOS INFORMADORES DO DIREITO PENAL.....	32
2.1. Legalidade e tipicidade do crime	32
2.2. Não retroactividade	37
2.3. Interpretação extensiva, interpretação analógica e analogia	38
2.4. Retroactividade da lei penal mais favorável.....	41
2.5. Outros princípios.....	42
3. APLICAÇÃO DA LEI PENAL NO TEMPO	43
3.1. Disciplina.....	43
3.2. Momento da prática do facto	55

4. APLICAÇÃO DA LEI PENAL NO ESPAÇO	57
4.1. Regra geral	57
4.2. Factos praticados fora do território português.....	59
4.3. Restrição à aplicação da lei penal portuguesa	63
4.4. Lugar da prática do facto.....	64
5. APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA DO CÓDIGO PENAL.....	68

CAPÍTULO II — DO FACTO

1. ILÍCITO CRIMINAL.....	73
1.1. O crime e a sua estrutura	73
2. PRESSUPOSTOS DA PUNIÇÃO	78
2.1. Acção e causalidade	78
2.2. Responsabilidade das pessoas singulares e colectivas.....	85
2.3. Actuação em nome de outrem	95
2.4. Imputação do facto.....	97
2.4.1. Culpabilidade.....	97
2.4.2. Dolo.....	98
2.4.3. Negligência	105
2.5. Agravação da pena pelo resultado.....	108
3. CIRCUNSTÂNCIAS EXCLUSÓRIAS DA RESPONSABILIDADE CRIMINAL	111
3.1. Causas de exclusão da ilicitude	111
3.1.1. Ordem jurídica considerada na sua totalidade	112
3.1.2. Legítima defesa	112
3.1.3. Exercício de um direito (direito de necessidade).....	117
3.1.4. Cumprimento de um dever imposto por lei ou por ordem legítima da autoridade.....	121
3.1.5. Consentimento do titular do interesse lesado	122
3.1.6. Conflito de deveres	128
3.2. Causas de exclusão da culpabilidade	131
3.2.1. Inimputabilidade	133
3.2.1.1. Em razão da idade.....	133
3.2.1.2. Em razão de anomalia psíquica.....	134
3.2.2. Inexigibilidade	138
3.2.3. Erro sobre as circunstâncias do facto.....	141
3.2.4. Falta de consciência da ilicitude.....	144

4. FORMAS DO CRIME	146
4.1. Enquadramento	146
4.2. Formas do crime quanto às suas fases	146
4.2.1. Actos preparatórios	146
4.2.2. Tentativa	149
4.2.3. Desistência	155
4.2.4. Crime consumado	162
4.3. Formas do crime quanto aos modos ou graus de participação	162
4.3.1. Autoria simples	162
4.3.2. Co-autoria ou comparticipação	167
4.3.3. Cumplicidade	171
4.4. Formas do crime quanto ao número de infracções cometidas	173
4.4.1. Crime unitário	173
4.4.2. Concurso de crimes	173
4.4.3. Crime continuado	177

CAPÍTULO III – CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS DO FACTO

1. PENAS E MEDIDAS DE SEGURANÇA	183
1.1. Limites	183
1.2. Finalidades das penas e das medidas de segurança	184
2. ESPÉCIES DE REACÇÕES CRIMINAIS	197
3. PENA DE PRISÃO	204
3.1. Duração da pena de prisão	204
3.2. Contagem dos prazos da pena de prisão	206
3.3. Execução da pena de prisão	207
3.4. Substituição da pena de prisão	213
3.4.1. Multa	213
3.4.2. Regime de permanência na habitação	215
3.4.3. Prestação de trabalho a favor da comunidade	218
3.4.4. Proibição do exercício de profissão, função ou actividade	223
4. PENA DE MULTA	224
4.1. Considerações gerais	224
4.2. Substituição da multa	228
4.2.1. Por trabalho	228
4.2.2. Por admoestação	231

4.2.3. Por caução de boa conduta.....	233
4.2.4. Por vigilância judiciária.....	233
4.3. Conversão da multa não paga em prisão	234
5. DISSOLUÇÃO.....	235
6. SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO DA PENA DE PRISÃO.....	236
6.1. Pressupostos e duração	236
6.2. Deveres	239
6.3. Regras de conduta	242
6.4. Suspensão com regime de prova.....	244
6.5. Plano individual de reinserção social.....	246
6.6. Falta de cumprimento das condições da suspensão	247
6.7. Revogação da suspensão	250
6.8. Extinção da pena.....	251
7. LIBERDADE CONDICIONAL	252
7.1. Pressupostos e duração	252
7.2. Liberdade condicional em caso de execução de várias penas.....	257
7.3. Regime	257
7.4. Revogação da liberdade condicional e extinção da pena	258
8. PENAS ACESSÓRIAS	259
8.1. Princípios gerais	259
8.2. Proibição do exercício de funções públicas ou dependentes de título público ou autorização	262
8.3. Suspensão do exercício de funções públicas.....	264
8.4. Efeitos da proibição e da suspensão.....	265
8.5. Proibição de conduzir veículos com motor.....	266
8.6. Penas acessórias aplicáveis às pessoas colectivas e entidades equiparadas.....	267
8.6.1. Injunção judiciária	267
8.6.2. Proibição de celebrar contratos.....	268
8.6.3. Privação do direito a subsídios, subvenções ou incentivos	268
8.6.4. Interdição do exercício de actividade.....	269
8.6.5. Encerramento de estabelecimento	269
8.6.6. Publicidade da decisão condenatória.....	270
8.6.7. Penas acessórias aplicáveis aos crimes contra animais de companhia	272

CAPÍTULO IV — DETERMINAÇÃO DA PENA

1. ENQUADRAMENTO	275
2. PRINCÍPIOS DA SANÇÃO	276
2.1. Princípio da legalidade	277
2.2. Princípio da não retroactividade da lei penal desfavorável	278
2.3. Princípio da retroactividade da lei penal mais favorável	279
2.4. Princípio <i>nulla poena sine culpa</i>	279
2.5. Princípio da proporcionalidade	279
2.6. Princípio da igualdade	279
2.7. Princípio <i>ne bis in idem</i>	280
2.8. Princípio da jurisdição	281
2.9. Princípio da motivação	281
2.10. Princípio do direito à revisão e indemnização	281
2.11. Proibição da <i>reformatio in pejus</i>	282
3. DETERMINAÇÃO DA MEDIDA DA PENA	282
4. ATENUAÇÃO ESPECIAL DA PENA	297
4.1. Requisitos	297
4.2. Termos da atenuação especial	301
5. DISPENSA DE PENA	302
6. REINCIDÊNCIA	304
6.1. Requisitos	304
6.2. Efeitos	306
7. CONCURSO DE CRIMES E CRIME CONTINUADO — PUNIÇÃO	308
7.1. Regras da punição do concurso	308
7.2. Conhecimento superveniente do concurso	310
42	
8. DESCONTO NA PENA	315
8.1. Medidas processuais	315
8.2. Pena anterior	316
8.3. Medida processual ou pena sofrida no estrangeiro	317

CAPÍTULO V — PENA RELATIVAMENTE INDETERMINADA

1. DELINQUENTES POR TENDÊNCIA.....	321
1.1. Pressupostos e efeitos	321
1.2. Restrições.....	329
1.3. Liberdade condicional	332
2. ALCOÓLICOS E EQUIPARADOS	332
3. ABUSO DE ESTUPEFACIENTES	336
4. AGENTES DA PRÁTICA DE CRIME DE INCÊNDIO FLORESTAL	339

CAPÍTULO VI — MEDIDAS DE SEGURANÇA

1. ESQUEMA GERAL.....	343
2. INTERNAMENTO DE INIMPUTÁVEIS.....	345
2.1. Pressupostos	345
2.2. Limites de duração.....	355
2.3. Cessaç�o e prorroga�o do internamento.....	356
2.4. Revis�o da situa�o do internado.....	358
2.5. Liberdade para prova	359
2.6. Revoga�o da liberdade para prova.....	360
2.7. Reexame da medida de internamento	360
2.8. Inimput�veis estrangeiros.....	363
2.9. Suspens�o da execu�o do internamento.....	366
2.10. Execu�o do internamento e da pena de pris�o	370
2.11. Internamento compulsivo (Lei de Sa�de Mental).....	371
3. INTERDI��O DE ACTIVIDADE, CASSA��O E INTERDI��O DA CON- CESS��O DO T�TULO DE CONDU��O DE VE��CULO COM MOTOR.....	372
3.1. Interdi��o de actividade.....	372
3.2. Cassa��o e interdi��o da concess��o de t�tulo de condu��o de ve��culo com motor	376
3.3. Suspens�o do per�odo de interdi��o	379
3.4. Prorroga��o da interdi��o	380
3.5. Aplica��o de regras de conduta.....	380
3.6. Extin��o das medidas	383

4. INTERNAMENTO DE IMPUTÁVEIS PORTADORES DE ANOMALIA PSÍ- QUICA	383
4.1. Anomalia psíquica anterior.....	383
4.2. Anomalia psíquica posterior à prática da infracção.....	385
4.3. Anomalia psíquica posterior sem perigosidade.....	386
4.4. Revisão da situação.....	387
4.5. Simulação de anomalia psíquica	387

CAPÍTULO VII — PERDA DE COISAS OU DIREITOS RELACIONADOS COM O CRIME

1. PERDA DE OBJECTOS.....	391
2. PERDA DE PRODUTOS E VANTAGENS	394
3. OBJECTOS PERTENCENTES A TERCEIROS.....	402
4. PAGAMENTO DIFERIDO OU A PRESTAÇÕES E ATENUAÇÃO	405

CAPÍTULO VIII — QUEIXA E ACUSAÇÃO PARTICULAR

1. TITULARES DO DIREITO DE QUEIXA.....	409
2. EXTENSÃO DOS EFEITOS DA QUEIXA	415
3. EXTINÇÃO DO DIREITO DE QUEIXA.....	416
4. RENÚNCIA, DESISTÊNCIA E RENOVAÇÃO DA QUEIXA	418

CAPÍTULO IX — EXTINÇÃO DA RESPONSABILIDADE PENAL

1. IDEIAS GERAIS	427
2. PRESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO PENAL	429
2.1. Prazos de prescrição.....	429
2.2. Início do prazo.....	433
2.3. Suspensão da prescrição.....	435
2.4. Interrupção da prescrição.....	447

3. PRESCRIÇÃO DAS PENAS E DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA	440
3.1. Prazos de prescrição.....	440
3.2. Efeitos da prescrição da pena principal.....	441
3.3. Prazos de prescrição das medidas de segurança.....	442
3.4. Suspensão da prescrição.....	442
3.5. Interrupção da prescrição.....	443
4. OUTRAS CAUSAS DE EXTINÇÃO: MORTE, AMNISTIA, PERDÃO E INDULTO	444

CAPÍTULO X — INDEMNIZAÇÃO DE PERDAS E DANOS POR CRIME

1. ENQUADRAMENTO	455
2. RESPONSABILIDADE CIVIL EMERGENTE DE CRIME (Art. 129.º do CP) ..	456
3. INDEMNIZAÇÃO DO LESADO (Art. 130.º do CP)	462

2.

PARTE ESPECIAL

QUADROS SINÓPTICOS	469
BIBLIOGRAFIA.....	487
ÍNDICE REMISSIVO	501
ÍNDICE GERAL	511

